



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Varela, Raquel; Teixeira, Cátia; Alcântar, Joana; Rajado, Ana
Relações laborais em Portugal entre 1930 e 2011
O Social em Questão, vol. 18, núm. 34, 2015, Julho-, pp. 41-58
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264586002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UNEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Relações laborais em Portugal entre 1930 e 2011

Raquel Varela¹

Cátia Teixeira²

Joana Alcântara³

Ana Rajado⁴

Resumo

O artigo tem como objectivo apresentar os resultados da análise das relações laborais em Portugal entre 1930 e 2011 e é o resultado de um esforço colectivo realizado ao longo dos últimos dois anos, no âmbito do projecto sediado no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000: continuidades e rupturas. Este projecto foi inspirado e integrado no projecto internacional sediado no Instituto Internacional de História Social (IISH). Utilizando, sobretudo, como fontes demográficas os recenseamentos da população ao longo deste período, apresentamos a evolução das relações laborais entre 1930 e 2011, procurando contribuir para o seu estudo e avançar hipóteses para a compreensão dos factores que, historicamente, contribuíram para a transformação das relações laborais ao longo destas décadas.

Palavras-chave

Trabalho; Relações laborais; Portugal.

Labor relations in Portugal between 1930 and 2011

Abstract

The article aims to present the test results of labor relations in Portugal between 1930 and 2011 and is the result of a collective effort made over the last two years under the project based on the Contemporary History Institute of the Universidade Nova de Lisboa, Industrial Relations in Portugal and Lusophone World, 1800-2000: continuities and ruptures. This project was inspired by and integrated into the international project based at the International Institute of Social History (IISH). Using mainly as sources demographic censuses of population over this period, present the evolution of labor relations between 1930 and 2011, seeking to contribute to your study and advance hypotheses for understanding the factors that have historically contributed to the transformation of labor relations along these decades.

Keywords

Labour; Labour relations; Portugal.

Introdução

Este artigo tem como objectivo apresentar os resultados da análise das relações laborais em Portugal entre 1930 e 2011 e é o resultado de um esforço colectivo realizado ao longo dos últimos dois anos, no âmbito do projecto sediado no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000: continuidades e rupturas*⁵, coordenado por Raquel Varela. Este projecto foi inspirado e integrado no projecto internacional sediado no Instituto Internacional de História Social (IISH), de Amesterdão, *Global collaboratory on the history of labour relations, 1500-2000* que “tem por objectivo fazer um inventário global de todos os tipos de relações de trabalho, em todas as suas facetas e combinações” (MATTOS *et al*, 2014, p. 9.).

Fazendo uso de uma taxonomia laboral⁶, desenvolvida pelo IISH, e utilizando, sobretudo, como fontes demográficas os recenseamentos da população ao longo deste período, apresentamos a evolução das relações laborais entre 1930 e 2011, procurando contribuir para o seu estudo e avançar hipóteses para a compreensão dos factores que, historicamente, contribuíram para a transformação das relações laborais ao longo destas décadas.

Salientamos que a população activa e inactiva é aqui definida de acordo com a sua relação com o mercado de trabalho e a produção de mercadorias ou bens mercantis, para troca. Ou seja, ser inactivo não implica necessariamente ser improdutivo mas sim, improdutivo do ponto de vista da produção para o mercado. Do mesmo modo, a população activa será constituída por aquela que tem um emprego remunerado (patrão, trabalhador por conta própria, trabalhador por conta de outrem, etc.) ou está disponível para trabalhar (desempregado).

Através dos cortes cronológicos suscitados pelas próprias fontes que aqui trabalhamos, o nosso artigo pode dividir-se em três partes, que correspondem a três períodos históricos distintos: o primeiro período que abarca grosso modo o Estado Novo (1930-1960); um segundo período histórico que trata de analisar a fase final do regime ditatorial, a Revolução de 1974 e o período pós-revolucionário (1970-1981); e, finalmente, uma terceira e última parte, entre 1991 e 2011, que corresponde ao período democrático-representativo. Finalmente, um dos resultados finais deste projecto, a taxonomia laboral entre 1930 e 2011, pode ser consultada em anexo.

O Estado Novo

A Ditadura Militar e o Estado Novo têm como pano de fundo e surgem como resposta à crise do sistema liberal do Ocidente (ROSAS, 2012, p. 25). Portugal era então um país “atrasado, dependente e vulnerável” (*Idem*, p. 26). A massificação política, com novos partidos dirigidos ao operariado, os sindicatos, as cooperativas e os conflitos sociais que daí emergiam e que se cruzavam com as crises financeiras e com conflitos no seio das classes dominantes, vão operar, nos anos finais da I República, aquilo que alguns autores denominam de «crise de hegemonia»⁷. A necessidade de disciplinar o operariado e “repor expeditamente as taxas de lucros e acumulação” e a urgência de “operar uma regulação autoritária e *super partes* na vida económica e financeira” (ROSAS, 2012, p. 26), exigia, para os sectores da classe dominante, uma nova solução política, que nenhuma das partes conseguira até então executar.

Como Tortella Casares (2000) enfatiza, principalmente para o caso espanhol, mas encontrando paralelo em Portugal ou em Itália, o desenvolvimento económico do país, que era caracterizado como lento e incompleto, não permitiu uma introdução completa do liberalismo democrático no país vizinho. O país entraria em crise no final do século XX e início do século XXI, acabando por romper-se o “equilíbrio artificial político”, produzindo “tais tensões e insegurança entre as classes média e alta que, no final, estes grupos ofereceram o seu apoio a uma solução ditatorial” (CASARES, 2000, p. 447).

Em Portugal, o golpe militar de 28 de Maio de 1926 viria responder a essa crise do sistema liberal. Como Felipe Demier ressalva para o caso brasileiro, e no qual encontramos paralelo no regime português, o aparelho de Estado do novo regime político saído da Ditadura Militar elevar-se-ia “por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a que ele próprio afirma encarna”, impor a “pela força a «paz social» (DEMIER, 2012, p. 18). Esta «crise hegemónica» tornou possível a ascensão e consolidação do regime do Estado Novo.

Num processo de «autonomização relativa» perante a sociedade, o regime deixaria de ser a representação de uma ou mais facções da classe dominante, para se elevar sobre elas, embora com o intuito de salvaguardar a sua continuidade.

Durante este processo, o novo regime lançar-se-ia numa “luta física e ideológica pela reintegração e harmonização da sociedade” (DEMIER, 2012, p. 18). Dar-se-à, deste modo, a conciliação e a união das várias facções das classes dominantes, as elites políticas e as forças industriais e agrícolas, um passo importante para um regime que soubesse “durar” (ROSAS, 2012, p. 142). Os

partidos políticos foram ilegalizados⁸ e punha-se assim de lado o problema partidário que contribuía para que a população desertasse “o altar da Pátria”, ao deixar-se levar pelas “paixões e disputas, com bandeiras e dísticos e insígnias” (SALAZAR, 1943, p. 336). Com vista à obtenção da desejada “ordem” e para disciplinar a força de trabalho, o novo regime faz publicar, a 23 de Setembro de 1933, um pacote de medidas no seio da construção da nova ordem corporativa: as greves serão proibidas e os sindicatos de associação livre darão lugar aos Sindicatos Nacionais, onde as reivindicações laborais se encontravam severamente limitadas.

Durante o regime ditatorial há uma serie de alterações que apontam para uma modernização na sociedade, em termos de estrutura populacional e nos aspectos que envolvem os sectores económicos e as relações laborais. Paralelamente, estruturas de produção arcaicas manter-se-ão. Esta sociedade dual (NUNES, 1964) contribuiu para manter o equilíbrio entre os vários sectores económicos e manter um clima de aparente “paz social”.

Entre 1930 e 1960, o aumento da população situar-se-á nos 30,2%. Em 1960, havia mais 2 063 509 pessoas que em 1930. Entre 1940 e 1950, de acordo com fontes oficiais, cerca de 133 mil pessoas saíram do país e entre 1950 e 1960, foram cerca de 685 mil pessoas. A maioria dos emigrantes eram homens agricultores, domésticas ou estudantes (ROSAS, 1994, p. 421). A esperança média de vida irá aumentar gradualmente ao longo das décadas⁹, com o conseqüente declínio da taxa de mortalidade. A taxa de literacia da população portuguesa irá igualmente aumentar substancialmente ao longo deste período¹⁰. A taxa de urbanização (centros populacionais com 5000 ou mais habitantes) passou dos 51% em 1930 para os 67% em 1960 (ROSAS, 1994, p. 26).

Olhemos agora com mais atenção para a distribuição da população no que respeita as relações laborais estabelecidas entre 1930 e 1960. A composição da população inactiva era sobretudo composta pelas crianças, domésticas e pessoas que viviam de rendimentos. Em relação à população que vive de rendimentos, temos um aumento ao longo do regime, o que pode constituir-se como a verificação estatística de um processo de acumulação capitalista, cartelização e monopolização em curso, uma das características do período. Outras características do período do Estado Novo é a manutenção de valores altos para o trabalho doméstico (tabela 1 e 2 – “que faz trabalho reprodutivo”), outro padrão de uma sociedade dual: por um lado, há desenvolvimento económico, com o aumento dos sectores secundário e terciário e o

assalariamento e, por outro lado, a manutenção de um mercado de trabalho ainda marcadamente masculino, apesar de um relativo aumento de mulheres no mercado laboral em 1950. No entanto, valores significativamente altos do número de mulheres que exerciam tarefas domésticas e com tendência para aumentar – que representará sempre valores superiores aos 20% durante o período –, mostra que a entrada em massa das mulheres no mercado laboral ainda não tinha ocorrido.

Durante o período ditatorial, o desemprego manter-se-á baixo, uma vez que a maioria da população ainda se estruturava substancialmente em torno do sector agrícola, o que fazia com que o desemprego não se tornasse estrutural ou com valores muito altos. Há, todavia, um pico em 1940 (que passa dos 0,56% para 1,68% do total da população). Este pode ser o aspecto visível das dificuldades causadas pelas consequências da Segunda Guerra Mundial.

Os valores respeitantes ao trabalho de semisubsistência manter-se-ão mais ou menos estáveis durante a maior parte do Estado Novo (os valores oscilarão entre os 11,5% e os 9,5%), diminuindo a partir da queda do regime ditatorial. Nesta relação laboral falamos sobretudo de agricultores isolados que subsistiam trabalhando pequenas parcelas de terra por conta-própria e não recorriam a mão de obra assalariada, uma vez que a sua exploração era de pequenas dimensões e pouco lucrativa. Assim, as suas explorações agrícolas eram essencialmente baseadas no trabalho familiar (mulheres, crianças, dependentes, etc.). É uma exploração semi-capitalista, onde muito (não tudo) do necessário para a subsistência destas famílias vinha do que produziam e de trocas na comunidade.

No entanto, alguns destes agricultores que não conseguiam retirar o essencial da sua sobrevivência das suas explorações agrícolas, o que devia responder à maioria, deviam: a) vender o excesso da sua produção no mercado; b) recorrer a trocas na comunidade; c) trabalhar sazonalmente, mantendo as suas pequenas explorações, como assalariados para explorações de maior dimensão; d) eram transformados em mão de obra barata para as fábricas, sazonalmente ou em duplas jornadas de trabalho; e) recorriam a créditos e; f) finalmente, podiam subsistir também com recurso às remessas dos emigrantes, um membro familiar que tinha saído do país e que contribuía para a manutenção da família que ficou (MEDEIROS, 1978, p. 43). A emigração, fundamental para perceber a manutenção destas estruturas de produção pré-capitalista nos campos, era recuperada na forma de remessas e moderou a

proletarização nos campos, contribuindo ainda para evitar a pressão política e a destabilização da “paz social”- proclamada pelo regime -, que este excesso populacional traria como consequência.

Finalmente, a grande transformação do período é o aumento do trabalho assalariado em termos percentuais e nominais e em todos os sectores económicos (gráfico 1). Durante o regime ditatorial assiste-se ao crescimento da população assalariada, que aumentará dos 20% em 1940 até aos 27% de 1960. Até 1960 assiste-se a um crescimento sustentado, depois desta década o número de assalariados crescerá substancialmente, como podemos verificar pelos dados estatísticos em anexo. A despromoção social do patronato agrícola, a migração interna e o desenvolvimento industrial destas décadas (entre 1930 e 1960, a representação de trabalhadores neste sector aumentará de 14% para 26%), fará que o número de assalariados, principalmente em contexto urbano, cresça consideravelmente.

Apesar da maioria dos estímulos para uma modernização social e industrial terem causas exógenas, o enquadramento por parte de um regime ditatorial nessa transição tornará possível uma modernização mais “ordenada”, numa perspectiva política e económica, e a sua aceleração às custas de uma limitação dos direitos políticos e sociais da população, num período em que já se verificava uma significativa taxa de assalariamento na população trabalhadora.

Durante este período, dois tipos de sociedade cruzaram-se e tiveram como consequência, no que respeita às relações laborais, a manutenção dos laços da população a pequenas parcelas de terra, inclusive dos assalariados, e a conservação e, por vezes, o reforço das famílias agrícolas em regime de semisubsistência. A preservação de estruturas de produção arcaicas tornou-se essencial para a manutenção de salários baixos nos sectores agrícola mas também industrial, prevenindo ainda a conflitualidade social e minimizando os possíveis danos causados por crises económicas ou desemprego. Conflitualidade social que também foi inibida pelo processo de disciplina da força de trabalho, pela censura na imprensa, pela acção da polícia política e uma geral inculcação ideológica, posta em marcha a partir da consolidação do Estado Novo.

Este modelo de desenvolvimento foi essencial para a não destabilização da ‘paz social’ e, acima de tudo, não pôs em questão, durante um longo período de tempo, a real manutenção do regime.

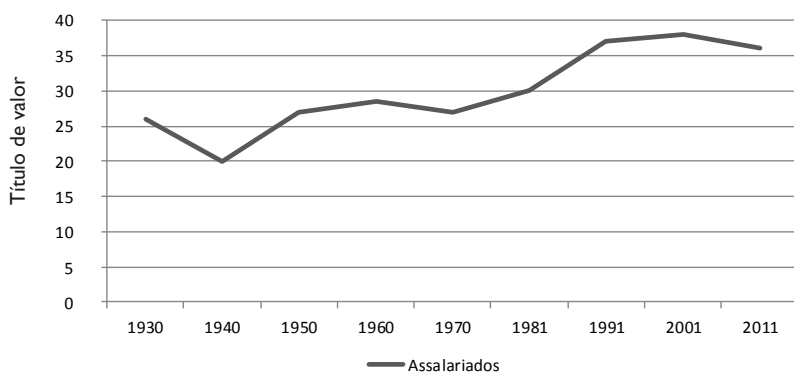


Gráfico 1. Assalariamento entre 1930 e 2011 (%)

Da fase final do Estado Novo ao período pós-revolucionário

Portugal chega a 1970 com um novo Governo. Marcello Caetano tinha tomado posse como presidente do Conselho a 23 de Setembro de 1968. Os anos 60 foram para Portugal anos de grande crescimento económico, com o desenvolvimento a ser financiado maioritariamente pelo Estado em prol dos grandes monopólios de base industrial com o objetivo de acumulação. A agricultura passa a ter em termos absolutos cada vez menor expressão em detrimento da Indústria, que representa em 1967-1968, 48,5% do PIB. Esta política tem a sua maior expressão no Plano Intercalar (1965-66) e no III plano de fomento (1967-1973) que reconhece a necessidade de abandonar o modelo de crescimento baseado na substituição de importações, por uma nova orientação baseada nas vantagens comparativas, na concorrência internacional e numa política de promoção das exportações. Estas medidas apoiaram-se em estudos das organizações internacionais de que Portugal tinha passado a fazer parte (NEVES, 1994; ROSAS, 1994).

Paralelamente a esta política económica, outro acontecimento influencia decisivamente o contexto político, económico e social à época. Em 1961 tem início a guerra colonial, ou como preferimos, a revolução anticolonial ou lutas de libertação. Primeiro em Angola, depois na Guiné-Bissau e em Moçambique, sem que houvesse alterações significativas com a queda de Salazar: “em 1970, Portugal despendia 45% do orçamento em defesa e segurança. Com uma força militar de 140.000 homens, só Israel e os dois Vietnames o batiam em percentagem perante o total da população” (PINTO, 2001, p.30).

Portugal era um anacronismo em 1970: colonialista, a travar uma guerra contra os movimentos de libertação africanos, analfabeto e “esvaziado” pela emigração, deserção e mobilização para a guerra.

A década de 1970, especialmente as transformações ocorridas após 1974, marcam uma rutura profunda nas relações laborais e no funcionamento do mercado de trabalho português: na sua estrutura empresarial, de qualificações, nas diferenciações salariais, nas formas de emprego, de assalariamento e nas formas de organização e controlo sindical.

Sem um fim à vista, aliás, com uma derrota entre mãos e a deserção massiva, o Movimento dos Capitães põe termo ao Estado Novo e enceta uma revolução política. Para além da guerra, a combinação de alguns fatores, em especial a crise cíclica de 1973, a desorganização e desenquadramento (político e sindical) do movimento operário em estruturas capazes de dialogar com o Estado e a existência de uma população operária jovem e concentrada (Lisboa, Setúbal e Porto) contribui para a radicalização da revolução, ultrapassando-se a mera deposição de regime político.

O contexto internacional de recessão, provocado pela chamada primeira crise do petróleo em 1973, a maior crise cíclica do pós Segunda Guerra Mundial, leva a que a taxa de variação do PIB português passe de 11,2%, em 1973, para 1,1%, em 1974, e -4,3%, em 1975. Não obstante, a crise é determinante para o curso da revolução de 1974-75. A explosão de greves e outras formas de protesto levados a cabo pela classe trabalhadora, em especial pelos trabalhadores da indústria e da construção e obras públicas – o setor que produz valor diretamente – vai assegurar uma alteração de fundo da estrutura das relações sociais e laborais através da garantia do direito ao trabalho. A maioria das reivindicações é por aumentos salariais, salários mínimos, diminuição do leque salarial e abolição dos privilégios na empresa, participação nos lucros da empresa, 13º e 14º mês e, de acordo com os levantamentos já efetuados¹¹, em 40% dos casos, pelo controlo da empresa, colocando em causa os centros de poder e a propriedade privada (VARELA, 2012 e 2014).

A crise económica estará na origem do impulso para a destruição de capitais com um aumento drástico dos despedimentos – a taxa de desemprego duplica entre 1974 e 1975, de 2,1% para 4%. Os trabalhadores respondem com a ocupação das fábricas e das empresas (*Idem*, 2012 e 2014).

A expansão do desemprego é o traço mais característico do metabolismo do mercado de trabalho a partir de 1974, ainda que atenuado no biénio revolucio-

nário pela luta social, face ao contexto de crise internacional e às medidas contra cíclicas aplicadas pelo capital. Por setores, o desemprego no terciário ultrapassa o verificado no setor de atividade secundário uma vez que, não obstante a expansão dos serviços, o terciário tende a absorver menos desemprego que o secundário, já que o primeiro (o terciário) recruta mais entre os inativos (sobretudo mulheres) e o secundário entre os desempregados. Não obstante o aumento de desemprego absoluto (de 2,67% da população activa, em 1970, para cerca de 6,83% em 1981), o volume de emprego cresce cerca de 671 768 postos de trabalho (cerca de 2,2% ao ano)¹², no mesmo período de tempo, e até 1981 há crescimento económico, embora em desaceleração.

Muito embora o desemprego continue a aumentar devido às medidas contra cíclicas, deve-o também ao retorno dos soldados desmobilizados da guerra, em 1975, e ao regresso dos ex-colonos, a partir do segundo semestre do mesmo ano. No entanto, a revolução permite, contrariamente às medidas recessivas, conquistar aumentos salariais (do salário direto e do salário em espécie), a fixação de um salário mínimo, direito a subsídios (de desemprego, férias, Natal, maternidade, etc...), gratuidade da saúde e da educação, direito à reforma e à segurança social, congelamento de preços e fixação de um cabaz de compras. Passa-se de 607 mil pensionistas do regime geral e da Caixa Geral de Aposentações, em 1973, para 943 mil, em 1975 (VARELA, 2014). Há uma significativa redução das taxas de atividade dos adultos com 54 ou mais anos de idade e o aumento de reformados e aposentados de 3,13%, em 1970, para 19,38% do total da população inactiva, em 1981 (o que traduz a universalização do sistema de segurança social). A redução dos ativos com 10 a 19 anos de idade, de ambos os sexos, e o aumento dos estudantes (mais 115 366 de recenseados nesta categoria, em 1981) reflete outro lado do Estado Social, a evolução da extensão da cobertura escolar. Em 1971, 25,92% da população residente em Portugal – senão mais, tendo em conta a realidade da dupla jornada feminina e este número diz respeito somente às recenseadas “domésticas” – estava provavelmente inserida num tipo de relação laboral deste tipo, fazendo trabalho reprodutivo para o núcleo doméstico. Em 1981, esta população (na sua grande maioria feminina, embora neste recenseamento alguns homens sejam contabilizados nesta categoria) diminui para os 14,11% do total da população residente. Em 1981 existiam mais 541 407 mulheres no mercado de trabalho. A diminuição de recenseadas “domésticas” reflete entrada de uma grande parte de mulheres desta categoria no mercado de trabalho mas também a passagem de mulheres à reforma, cuja universalização foi conquistada no proces-

so revolucionário de 1974-75 – i.e., em 1970 existiam 52 345 mulheres pensionistas/reformadas, em 1981 cerca de 515 345.

Paralelamente, massas de capital são alocadas aos salários de outras formas como as nacionalizações de indemnizações e a intervenção do Estado nas empresas descapitalizadas (mais de 300 ao todo).

Assiste-se, assim, na década de 1970, e especialmente com a revolução de 1974-75, a duas tendências aparentemente contraditórias: o aumento do desemprego e a consagração do direito ao trabalho, inscrito no texto Constitucional, aprovado em 1976.

Os assalariados para o mercado constituíam, em 1970, cerca de 14,51% do total as relações laborais, subindo para 14,70%, em 1981. Os assalariados para fora da esfera do mercado (Para o Estado, ONG's, Igreja e Forças Armadas, sendo que o Estado e Mercado não são esferas independentes), representavam em 1971 apenas 12,78% do total da população. Em 1981, cresciam para os 15,36%, tendo as nacionalizações do período revolucionário e a extensão dos Serviços do Estado, consequência da urbanização, os fatores principais para este valor. Neste ano, os efetivos do setor nacionalizado correspondem a cerca de 13% do total de efetivos por conta de outrem em empresas, valor que sobe para cerca de 95% no ramo de atividade da eletricidade, gás e águas; 69% nos transportes e comunicações e 57% nos bancos e seguros. Em 1982, o chamado Setor Empresarial do Estado excedia os 20% do total global da economia nacional, acima dos outros membros da OCDE (RODRIGUES, 1985).

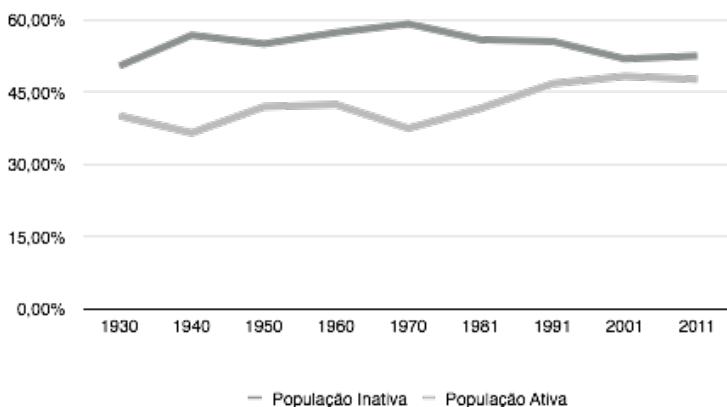


Gráfico 2. Evolução da População Ativa e Inativa 1930-2011

Dos anos 80 até à actualidade

Com a revolução de Abril de 1974 a relação da demografia com a estrutural laboral começou a alterar-se. Uma das maiores expressões disso está nos números observados no censo de 1980, com destaque para: a população de domésticos que cresceu significativamente a partir dos anos 30; o surgimento do desemprego, com valores muito superiores. Todas as tendências observadas após a revolução são aprofundadas nas décadas seguintes.

A população inactiva é a primeira a sofrer uma transformação interna: o peso específico dos «demasiados velhos para trabalhar», e que devido ao sistema de Segurança Social são maioritariamente reformados e pensionistas, amplia-se em relação aos «demasiados novos para trabalhar». Por outro lado, o aumento da população de estudantes reforça o número de inactivos, ainda que com idade para o trabalho. É importante notar que a partir do censo de 1991 não é feita qualquer referência aos rendeiros, o que não significa que deixem de existir, ou mesmo que o seu número tenha decaído para valores insignificantes. Apenas verificamos que os censos posteriores a esta data não quantificam este sector da população. Desde então, esses rendeiros aparecem “escondidos”, de acordo com a profissão declarada, mesmo que seja apenas um hobby, no que se refere ao rendimento. No conjunto, a população inactiva encontrou o seu mínimo nas duas últimas décadas, se excluirmos a década de 20, expressa no censo de 1930. No entanto, é fundamental esclarecer que se desconhecia as relações laborais de 5,12% da população. A população activa, por outro lado, encontra a sua maior expressão precisamente nas duas últimas décadas. É também nestas duas décadas que a população desempregada ganha maior peso entre a população activa. Em todo caso, sendo verdade que o seu valor médio para longas datas tem crescido fortemente entre a década de 70 e a actualidade, não deixa de ser verdade que ainda assim é um número dependente dos movimentos cíclicos da economia. É interessante notar que essa população activa ganhou uma significativa entrada de efectivos vindos do sector dos domésticos, ou seja, população feminina. Essa que terá chegado aos 27% no censo de 1960, e a quase 26% no censo de 1970, recuará para quase 4% no censo de 2011. Trata-se, no entanto, de mão de obra mais bem formada que a sua antecessora. Daqui resulta uma mudança importante no mercado de trabalho: a característica masculina da força de trabalho no Estado Novo altera-se para um perfil transversal aos géneros.

Fontes

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (INE), *IX Recenseamento Geral da População*, no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, Lisboa, Tipografia Portuguesa, Lda., 1952.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico: Continente, Açores e Madeira*, 1976, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *Setenta anos*, O Instituto Nacional de Estatística ao Serviço da Sociedade Portuguesa, Lisboa, INE, 2006.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *VIII Recenseamento Geral da População*, no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Vol. I, Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes), Lisboa, Imprensa Nacional, 1945.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População*, no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960), Tipografia Portuguesa, Lisboa, s.d.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *XI Recenseamento Geral da População*, 1970, Lisboa, Sociedade Tipográfica, Lda., 1973.

_____. Instituto Nacional de Estatística, *XII Recenseamento Geral da População*, 1981. Antecedentes, Metodologia e Conceitos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Direcção Geral de Estatística (DGE), *Censo da População de Portugal*, Dezembro de 1930, 7º Recenseamento Geral da População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Direcção Geral de Estatística (DGE), *O desemprego em Portugal: resultados do inquérito realizado em Agosto de 1931*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931.

Bibliografia

CARDOSO, José Luís (coord.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. Olhando para Dentro, 1930-1960*, v. 4, Dir. por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Fundación Mapfre e Objectiva, 2014.

DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Automonização relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário*. Tese apresentada em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró, et al. *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono: História e Demografia*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

MEDEIROS, Fernando. *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

NEVES, J. C. *O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global*. *Análise Social*, v. 29 (128), p. 1005-1034, 1994.

NUNES, Adérito Sedas. *Portugal, sociedade dualista em evolução*. *Análise Social*, v. 2 (7-8), pp. 407-462, 1964..

PINTO, A. C. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

RODRIGUES, Maria João. *O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos*. *Análise Social*, v. 21 (87-88-89), pp. 679-733, 1985..

ROSAS, Fernando (coord.). *O Estado Novo (1926-1974)*. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, LDA, 1943.

TORTELLA CASARES, Gabriel. *The Development of Modern Spain: An Economic History of the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Harvard University Press, 2000.

VARELA, Raquel. *Rutura e pacto social em Portugal: um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986)*. In: *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, pp.71 – 108, 2012.

_____. *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand, 2014.

Notas

- 1 Historiadora. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais e investigadora do Instituto Internacional de História Social, onde coordena o projecto internacional “In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair workers around the World (1950-2010)”. É coordenadora do projecto História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). É neste momento presidente da International Association Strikes and Social Conflicts. É vice-coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. E-mail: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

- 2 Investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsreira de investigação FCT, com a referência SFRH/BD/90168/2012. E-mail: csteixeira@live.com.pt
- 3 Investigadora colaboradora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsreira de investigação do Projeto “Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000: continuidades e rupturas”. <http://www.ihc.fcsh.unl.pt/pt/ihc/investigadores/item/37555-joana-alc%C3%A2ntara>. Email: joana.sj.alcantara@gmail.com.
- 4 Licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra. Colaborou com vários artigos na obra colectiva “Os Anos de Salazar” (30 vols., Planeta DeAgostini, 2008). Investigadora no IHC (Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa). Colaboradora no projecto internacional “In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair worker around the world (1950-2010)”. Investigadora do projecto “Relações Laborais em Portugal e no mundo Lusófono 1800-2000: continuidades e rupturas”, do IHC e do grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Pertence à equipa do projecto internacional Global Collaboratory on the History of Labour Relations: 1500-2000, sediado no Instituto de História Social de Amsterdão. Email: ana.rajado@gmail.com.
- 5 PTDC/EPH-HIS/3701/2012.
- 6 No que respeita a taxonomia laboral, que se pode encontrar em anexo, algumas alterações foram realizadas em relação à taxonomia desenvolvida pelo projecto internacional sediado no IISH, baseado no conceito de trabalho desenvolvido por Charles e Chris Tilly. De forma sucinta, as alterações à taxonomia centraram-se, por um lado, no trabalho doméstico, i.e., trabalho reprodutivo em contexto familiar, grupo que fazia parte da população activa e que foi por nós incluído na população inactiva (embora com valores desagregados). Julgamos que esta alteração é útil para que melhor se possam observar as grandes alterações a que estará sujeito este grupo ocupacional, sobretudo constituído por mulheres, e a sua influência nos grandes grupos de inactivos e activos. Por outro lado, os desempregados que foram incluídos por nós na população activa, sendo que a sua importância se tornará fundamental, sobretudo a partir do período revolucionário. Finalmente, pequenas alterações foram realizadas à nomenclatura das várias relações laborais sem, no entanto, alterar o seu significado e conteúdo, de forma a que se torne mais compreensível para o leitor.
- 7 Sobre a crise de hegemonia e a caracterização dos regimes políticos na década de 30, ver: DEMIER, Felipe, *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Automonização relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário*, Tese apresentada em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- 8 O “anti-partido” único, a União Nacional, far-se-ia representar num parlamento destituído da sua herança legislativa liberal: a fraqueza do legislativo e do judiciário será “directamente proporcional” à força do Executivo (DEMIER, 2012, p. 20).

- 9 Em 1930, a população portuguesa tinha uma esperança média de vida situada nos 44,8 anos para os homens e 49,2 anos para as mulheres. Em 30 anos, essa esperança média de vida irá situar-se nos 60,7 anos e 66,7 anos respectivamente (CARDOSO, 2014, p. 150).
- 10 A taxa de literacia irá aumentar de 38% em 1930 para 53% em 1960. Consequentemente, a taxa de literacia de ambos os sexos aproxima-se, o que é um indicador de um maior modernização da sociedade. Havia ainda mais pessoas a frequentar o ensino.
- 11 Ver SANTOS, Maria de Lurdes; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Afrontamento, 1976; CRISTOVAM, Maria Luísa, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*, Lisboa, Ministério do Trabalho, 1982.
- 12 Ver RODRIGUES, 1985.

Anexos

Tabela I. Taxonomia das Relações Laborais em Portugal, 1930 - 2011

Relação Laboral	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Relação Laboral desconhecida	349.274	526.929	269.417	35.240	112.265	230.509	-	-	-
População Inactiva	3.435.927	4.380.644	4.637.053	5.092.000	5.118.045	5.530.882	5.468.979	5.365.909	5.538.811
Não pode e/ou não é esperado que possa trabalhar por ser demasiado novo ou demasiado velho, incapacitado para o trabalho ou estudante	2.559.898	2.455.771	2.690.097	2.593.866	2.738.300	4.091.771	4.581.158	4.752.776	5.119.085
Que vive de rendas	206.462	11.238	29.046	89.732	134.200	51.423	-	-	-
Que faz trabalho reprodutivo	669.567	1.913.635	1.917.910	2.408.402	2.245.545	1.387.688	887.821	613.133	419.726
População Activa	2.730.682	2.814.579	3.534.842	3.762.152	3.239.610	4.086.955	4.604.377	4.990.208	5.023.367
Desempregados	38.225	129.621	91.970	82.126	90.805	285.520	268.001	339.261	662.180
Em regime de semissubsistência (agricultura)	790.401	667.645	717.652	845.640	488.330	438.445	-	-	-
Trabalhadores por conta própria	109.412	114.846	188.305	162.185	223.340	276.532	558.279	294.103	286.090
Empregadores	34.062	336.647	241.661	193.206	73.155	129.978	265.197	478.804	459.123
Assalariados	1.758.582	1.565.820	2.295.254	2.478.995	2.363.980	2.956.480	3.512.900	3.878.040	3.615.974
Assalariados para o mercado privado	1.626.217	1.438.125	-	-	1.257.117	1.445.730	2.796.482	3.161.622	2.972.113
Assalariados para fora da esfera do mercado	132.365	127.695	-	-	1.106.863	1.510.750	716.418	716.418	643.861
TOTAL	6.825.883	7.722.152	8.441.312	8.889.392	8.469.920	9.848.346	10.073.356	10.356.117	10.562.178
Total recenseado	6.825.883	7.722.152	8.441.312	8.889.392	8.663.252	9.833.014	9.866.670	10.356.117	10.562.178

Tabela 2. Taxonomia das Relações Laborais em Portugal, 1930 – 2011, em percentagem

Relação Laboral	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Relação Laboral desconhecida	5,12%	6,82%	3,19%	0,40%	1,30%	2,34%	-	-	-
População Inactiva	50,34%	56,73%	54,93%	57,28%	59,08%	56,25%	55,43%	51,81%	52,44%
Não pode e/ou não é esperado que possa trabalhar por ser demasiado novo ou demasiado velho, incapacitado para o trabalho ou estudante	37,50%	31,80%	31,87%	29,18%	31,61%	41,61%	46,43%	45,89%	48,47%
Que vive de rendas	3,02%	0,15%	0,34%	1,01%	1,55%	0,52%	-	-	-
Que faz trabalho reprodutivo	9,81%	24,78%	22,72%	27,09%	25,92%	14,11%	9,00%	5,92%	3,97%
População Activa	40,00%	36,45%	41,88%	42,32%	37,39%	41,56%	46,67%	48,19%	47,56%
Desempregados	0,56%	1,68%	1,09%	0,92%	1,05%	2,90%	2,72%	3,28%	6,27%
Em regime de semissubsistência (agricultura)	11,58%	8,65%	8,50%	9,51%	5,64%	4,46%	-	-	-
Trabalhadores por conta própria	1,60%	1,49%	2,23%	1,82%	2,58%	2,81%	5,66%	2,84%	2,71%
Empregadores	0,50%	4,36%	2,86%	2,17%	0,84%	1,32%	2,69%	4,62%	4,35%
Assalariados	25,76%	20,28%	27,19%	27,89%	27,29%	30,07%	35,60%	37,45%	34,24%
Assalariados para o mercado privado	23,82%	18,62%	-	-	14,51%	14,70%	28,34%	30,53%	28,14%
Assalariados para fora da esfera do mercado	1,94%	1,65%	-	-	1,278%	15,36%	7,26%	6,92%	6,10%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,77%	100,16%	102,09%	100,00%	100,00%
Total recenseado	6.825.883	7.722.152	8.441.312	8.889.392	8.663.252	9.833.014	9.866.670	10.356.117	10.562.178

Artigo recebido para publicação em agosto de 2015 e aceito para publicação em setembro de 2015.

